

FUNDAMENTOS DAS ESPACIALIDADES

FUNDAMENTS OF SPATIALITIES

KENIA DE AMORIM MADOZ

Resumo: O artigo tem como objetivo apresentar as principais espacialidades, tais como a paisagem, o território, a região e o lugar, contemplando atualizações necessárias à sua compreensão. O estudo é realizado por meio de resgate conceitual e discussões pertinentes a base, a origem e a essência. A sua importância consiste em desenvolver pensamento crítico em diversos segmentos de estudos e contribuir com pesquisa da sociedade em seu movimento. O texto é realizado tendo por base, principalmente, textos e livros de autores da Filosofia e da Geografia, além de outros que desenvolvem estudos do espaço contemporâneo.

Palavras-chave: Espacialidades; Paisagem; Território; Região; Lugar

ABSTRACT : *The article aims to present the main spatialities such as landscape, territory, region and place, contemplating necessary updates for their understanding. The study is carried out through conceptual rescue and discussions relevant to the base, origin and essence. Its importance is to develop critical thinking in different segments of studies and to contribute to the research of society in your movement. The text is based mainly on texts and books by authors of Philosophy and Geography, as well as others that develop studies of contemporary space.*

Keywords: *Spatialities; Landscape; Territory; Region; Place*

As espacialidades apresentam relação intrínseca com a “geograficidade”, termo criado por Eric Dardel (1953), que se refere ao princípio base de que os seres humanos como seres espaciais vivemos produzindo e experienciando o espaço. Certifica Milton Santos (2014) que é sinônimo de vida, sendo possível somente com a materialidade, na qual

envolve as relações sociais contendo laços com o passado e podendo ocorrer por diferentes formas como sujeitos ou por intermédio dos objetos.

Nesse sentido, embora possa fazer parte de uma mesma realidade, ocorre a separação em diversas categorias de espacialidades que se explicam como esforço analítico necessário por representar o todo espacial em seu movimento. Assim, para Santos (*idem*), o espaço é considerado o mais interdisciplinar dos objetos concretos, que aparece como centro de preocupação em várias áreas de conhecimento, ou então como simples meio de trabalho, podendo ser visto ainda como um produto ou um processo.

Por outro lado, o movimento da produção da sociedade e suas relações é concretizado no conjunto dos objetos espaciais, os quais determinam as espacialidades que integram seu tradicional conceito de espaço, entendido como físico, sinônimo de processos e feições naturais, e o produzido pela sociedade ou espaço social.

Ademais, conforme explica Milton Santos (*idem*), o espaço “não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas” (SANTOS, 2014, p. 30). E dessa forma é que o autor se refere ao espaço geográfico que corresponde ao campo em que ocorrem as relações ou posições relativas em uma estrutura social de base concreta.

Ainda em relação ao espaço, este apresenta interfaces que emergem em diferentes dimensões das relações sociais configuradas em espacialidades. A sua importância concerne, essencialmente, em reconhecer o movimento que atua em uma realidade e os seus sentidos próprios. Assim, o conceito de paisagem, território, região e lugar são resgatados, abordando seus fundamentos e problematização.

Iniciando pela paisagem que a princípio seu conceito poderia parecer elementar por conter a tradicional compreensão de que nela abarca a visão de um observador, há muitas discórdias sobre essa colocação bem como sobre aquela em que entende a paisagem como sinônimo de área e que, em certo modo, abrangeria genericamente o “espaço geográfico”. Esse sentido foi amplamente utilizado por geógrafos físicos e biológicos, a partir da década de 1980 ao se referirem no campo da “ecologia da paisagem” (*landscape ecology*).

Resulta que desse “empréstimo” se generalizou o termo em uma ampla definição, chegando inclusive a ser sinônimo de “espaço geográfico”, que, pela visão de cientistas naturais e engenheiros, nada mais era que “área”. No entanto, a questão que envolve esse significado liga-se ao fato de que, na pesquisa socioespacial, o conceito de paisagem tem tradicionalmente o sentido da visão de um observador, e, nesse caso, também as artes plásticas se dedicam à representação visual a partir de um ângulo determinado pelo artista.

Por outro lado, o grande esforço da pesquisa socioespacial e para as humanidades, de forma geral, é o que aborda Simon Schama (1996), ao discorrer que sob um certo modo, subjetiva e culturalmente a paisagem é sempre construída. Assim, “Before it can ever be a repose for the senses, landscape is the work of the mind. Its scenery is built up as much from strata of memory as from layers of rock” (SCHAMA, 1996, p.10).

Desse modo Schama (*idem*), ressalta a nossa percepção como papel diferenciador entre a matéria-prima e a paisagem, o que gera conforme o mesmo autor (*idem*), a questão: “estaríamos somente contemplando a paisagem ou estaríamos dentro dela?”

Outra questão a esse respeito foi o resultado de um equívoco na tradução do vocábulo *Landschaft* desenvolvido pelo geógrafo alemão, Carl Troll, na década de 1930 e que contemplava a paisagem, o que está além da faixa do visível, mas que foi interpretado na língua inglesa como *Landscape*, isto é, a “eco-

logia da paisagem”. Dessa forma conforme apurou Souza (2020) o termo se referia a totalmente visível. E em decorrência disso, em termos latinos, o seu significado ficou somente para o sentido equivalente a paisaje, paysage etc.

Acerca do conceito de “Landschaft”, conforme explica Souza (2020), se entendia na língua alemã:

(...) ao designar uma porção da superfície da Terra sem estar excessivamente amarrada ao aspecto visual, acabou, de maneira não muito frutífera (como foi avaliado após a Segunda Guerra, já nos estertores da Geografia tradicional), servindo quase que como um conceito-chave para a Geografia alemã, conceito esse integrador e onívoro (SOUZA, 2020, p. 45).

Nesse sentido é que a abordagem que correspondia às intenções de Troll (*idem*) para “Landschaftsökologie”, como um conceito integrador, consistia em fundar uma abordagem holística e verdadeiramente integrada da natureza, sem o risco da fragmentação que, a exemplo da *Géographie physique* de Martonne, já vinha apresentando.

Em adição a questão da terminologia, surge o debate em torno da pesquisa socioespacial, em geral dialogando com as “teorias” das artes plásticas. E o fundamental é a constatação de que existe um denominador comum entre elas que é o componente visual, como ponto de partida e representação da paisagem.

Nesse sentido, entende-se a paisagem como uma forma, uma aparência. Por outro lado, o seu conteúdo não revelado pode estar em consonância ou em contradição com essa forma e com o que ela, por hábito ou ideologia, nos sugere, ocultando muitas vezes os sentidos, além naturalizar, estabilizar e tornar universais, aparentemente, relações sociais e econômicas que são contingentes.

Importante assinalar que pesquisadores da linha marxista, a partir das décadas de 1970 e 1980, têm ressaltado o problema ou descompasso entre apa-

rência e essência. E isso tem sido feito por diversos estudiosos, a exemplo daqueles da vertente cultural, que apresentam uma síntese de suas contribuições da “Nova Geografia Cultural”. Tais investigadores concluem, assim, que a paisagem, como tipo de representação visual, “mistifica, torna opaca, distorce, oculta, oblitera a realidade” (WYLIE, apud, SOUZA, 2020, p. 47).

Nesse mesmo pensamento, Richard Hartshorne, no final da década de 1930, dialoga com outros autores alemães e estadunidenses ao ponderar que restringindo as características diretamente observáveis, estaríamos desprezando fatos relevantes, tais como a necessidade de uma área produtiva precisar ir além daquilo que contempla as nossas vistas e não mostrar, por exemplo, como se dão as relações de trabalho de uma certa atividade econômica.

Essa questão, de um ponto de vista socialmente crítico, foi levantada por James e Nancy Duncan, ao complementar a argumentação de que: “os custos humanos profundamente embebidos na paisagem [que] são invisíveis aos olhos” (DUNCAN & DUNCAN, 2003, p. 89).

Ademais é pela interpretação e pela crítica, nas últimas décadas, que geógrafos tais como: Denis Cosgrove, Stephen Daniels, James Duncan e Don Mitchell, têm mostrado as diferentes exibições da paisagem, feitas por meio das artes de modo geral. Por outro lado, não há porque desconsiderar ou desprezar o conceito de paisagem somente porque a ele está associada a aparência. Não há nada de ruim nisso. Ao contrário, muito pode ser realizado por exercício mental com intuito de revelar o que está encoberto. Em outras palavras: a paisagem é uma forma, uma aparência que deve ser revelada em exercícios mentais ilimitados.

Além disso, é necessária também uma valorização do conceito da paisagem por parte da pesquisa socioespacial crítica, pois somente alguns poucos autores influenciados pela *radical geography* e aliados da “nova Geografia cultural” têm, de certa forma, compreendido, adequadamente, a sua po-

tencialidade (DUNCAN). Ademais, pode ser entendida como uma produção cultural e integrar tanto a reprodução quanto a contestação do poder político (DUNCAN, 1990).

De outra maneira, Milton Santos (2014) constatou que geógrafos europeus davam como sinônimos paisagem e região e que, em termos bastante remotos, a Geografia correspondente a cada grupo seria explicada pela ação do próprio grupo, paisagem e região a que estavam diretamente associadas.

Carl Sauer, considerado o pai da geografia cultural, por sua vez, ressalta a marca do homem sobre a natureza, ou seja, a cultura, que foi chamada por K. Marx de “socialização” – próxima à antropogeografia de Ratzel e à geografia humana de La Blache, que propôs os dois tipos de paisagens: a natural e a artificial.

Nesse sentido, o resultado da ação dos homens no espaço é a produção própria do espaço, e ocorre por meio dos objetos, naturais e artificiais, sendo quase inexistente a modalidade natural. Compreendemos assim que a vida em sociedade supõe uma multiplicidade de funções e, quanto maior o seu número, maior a diversidade de formas e de atores. Da mesma forma, quanto mais complexa a vida social, tanto mais nos distanciamos de um modo natural e nos endereçamos a um mundo artificial.

Milton Santos, em duas de suas obras, *A natureza do espaço* (1999) e *Metamorfoses do espaço habitável* (2014), apresenta concepções da paisagem. Na primeira, Santos diferenciou o conceito de paisagem e espaço geográfico. Assim, o espaço geográfico é movimento porque é totalização, e a paisagem, totalidade, porque é um momento do movimento (SANTOS, 2002). Para o autor (*idem*), a totalidade consiste em:

[...] uma das mais fecundas que a filosofia clássica nos legou, constituindo em elemento fundamental para o conhecimento da análise da realidade. Segundo essa ideia, todas as coisas presentes no Universo formam uma unidade. Cada coisa

nada mais é que parte da unidade, do todo, mas totalidade não é uma simples soma das partes. As partes que formam a totalidade não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a totalidade que explica as partes (SANTOS, 1999, p. 92).

Percebemos que, na sua segunda obra, *Metamorfose do espaço habitável*, a paisagem é conceituada de forma a abranger tudo aquilo que vemos e ainda o que a nossa visão alcança e, conforme Milton Santos (2014), “não apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.”

Podemos acrescentar que a relação entre paisagem e a produção ocorre pela organização dos níveis destes na medida em que as exigências de espaço variam em função dos processos próprios a cada produção e, além disso, em nível de capital, tecnologia e organização correspondentes.

Desses aportes e discussões, sobressaiu a percepção como elemento intrínseco da paisagem. Explica Milton Santos (2014) que ela depende de cada um, e que, ao utilizar-se da visão, por sua vez, dependerá da localização em que se está, além das diferentes escalas as quais podem ampliar ou reduzir, dependendo dos obstáculos e altura em relação ao horizonte vislumbrado.

Acerca da dimensão da paisagem, entende-se que é aquela que nos chega aos sentidos. E por isso a grande importância do aparelho cognitivo e a nossa educação, formal e informal que, por isso mesmo, se mostra seletiva e dependente de profissionais nas suas distintas áreas e, também, para o homem comum.

Acrescentamos que a percepção é sempre um processo seletivo da apreensão, e nesse sentido, se a realidade é apenas uma e se cada pessoa a vê de forma diferenciada das coisas materiais, a visão é sempre deformada. E, por isso, segundo Serpa (2019), a nossa tarefa é a de ultrapassar a paisagem como aspecto, para se chegar ao seu significado, pois a percepção é ainda conhecimento que depende de sua interpretação, e esta será tanto mais válida quanto

mais limitarmos o risco de tomar por verdadeiro o que é só aparência.

Além disso, a natureza e o espaço são socialmente produzidos, e o ser humano é integrante e constituinte do ambiente geográfico. Este, contudo, não é vivenciado nem percebido do mesmo modo pelos diversos grupos sociais diferenciados entre si, mas sim, segundo um amplo leque de atributos que se combinam de modo complexo, tais como renda, sexo, idade, crenças, mitos, valores e utopias. Ou seja, a percepção do ambiente tem uma base eminentemente cultural.

E a paisagem é resultante de rugosidades, cristalizações do passado e do presente, que se misturam às formas contemporâneas no presente (SANTOS, 2014). Ademais, trata-se de um fato que é a um só tempo histórico e geográfico, pois se relaciona a uma produção humana, como um conjunto de elementos/objetos interligados, sempre exprimindo e condicionando crenças e ideias e cristalizando períodos históricos em seus processos.

O segundo tipo de espacialidade, o território, vincula-se às relações concretas entre o homem e a Terra como forma de existência, e que permite embasar, conforme Relph (1979) às descrições compreensivas da experiência geográfica, por tornar-se possível examinar os caminhos pelos quais se constituem, onde elas se originam, como elas se desenvolvem e se transformam.

A sua compreensão se faz pela distinção entre território e o lugar que se assemelham e se distinguem pelas experiências geográficas, marcadas pelo espaço vivido, revelando, como diz Marandola (2012), os “modos geográficos de experiência”, que se realizam nas situações cotidianas, posteriormente abstraídas em representações do espaço.

Essa diferenciação vai além da proposição pouco clara de que o lugar seria o espaço vivido e o território o espaço de poder. Na verdade, tem sido por esse caminho que se tem gerado inúmeros mal-entendidos, já que dificilmente poderia se viver sem o exer-

cício de poder ou sobre a possibilidade da existência de poder, sem a experiência do poder. Além do que o território também é vivido, assim como o lugar está subordinado ao exercício do poder.

O desenvolvimento dessa reflexão centra-se na questão dos limites e das fronteiras, e de como limites e fronteiras se manifestam em nossas relações com o outro, no cotidiano e nas mais diversas escalas. Serpa (2019), ao buscar esse entendimento, mostra que a noção de limites na Geografia tem indicado uma conformação de espaços que, no contato de dois espaços justapostos, permite o surgimento de uma interface.

Nesse sentido, autores como Levy e Lussaut (SERPA, 2019) ressaltam que os limites se constituem como objetos geográficos plenos, que se apresentam no espaço com diferentes conteúdos e estilos. Ademais, os limites colocam em evidência continuidades e descontinuidades manifestas nos processos de produção e reprodução do/no espaço. Contudo, fronteira é ela mesma um espaço (uma faixa) e tende a provocar uma dicotomia entre as identidades territoriais, conforme se pertence ou não a um território, podendo, ainda, os embates de fronteira aflorarem de formas conflituosas ou mesmo consensuais.

Portanto, os conceitos de lugar e de território não estão ligados a qualidades específicas, pois o certo é que as relações que se estabelecem entre os agentes/sujeitos/grupos/indivíduos/classes são “marcadas pelo predomínio (instável) da igualdade e da diferença e que a dialética entre diferença e igualdade é o que vai estabelecer lugar e território como modos geográficos de existência” (SERPA, 2019, p. 63).

Ademais, tais relações, ao tratar-se de intersubjetividade e modos de existência, podem tanto ocorrer de dentro para fora (centrífuga) ou de fora para dentro (centrípeta). Isto é, a forma como agentes, sujeitos, indivíduos, classes vão reagir ao outro que irá representar “ser o lugar” ou “ser o território”, nas mais diversas escalas espaço-temporais. Dessa forma, quando nos voltamos intencionalmente para dentro e nos colocamos entre iguais, ou quando estamos

voltados para fora e entre diferentes, é possível perceber a constituição de momentos e princípios existenciais dialeticamente relacionados, mas distintos enquanto manifestações do estar-no-mundo.

Isso pode ser percebido a partir da análise das estratégias e táticas de apropriação dos espaços públicos urbanos, relacionando os conceitos de lugar e território às diferentes maneiras como os agentes, sujeitos, grupos, indivíduos e classes vão se apropriar de ruas, parques e praias no cotidiano da cidade contemporânea, ou seja, uma dialética entre interior e exterior que consideramos fundamental para a compreensão das ideias aqui expostas (BACHELARD).

Gaston Bachelard conceitua como “dialética do es-
quartejamento” aquela constituída pelo exterior e interior, cuja geometria aparente nos cega logo que a introduzimos em âmbitos metafóricos, surgindo daí, uma dialética do ser e do não ser. Para o filósofo, a metafísica mais profunda se enraíza em uma “geometria implícita” que especializa o pensamento” (BACHELARD, 1998, p. 215-16).

Ao se referir a essas geometrias, Bachelard subverte com sua fenomenologia da imaginação e abre caminho, também, para pensar o lugar e o território, não mais associados a ordens de grandezas ou escalas específicas, mas com a liberdade para pensá-los, ambos, como vastos e íntimos; e para estabelecer uma dialética existencialista possível entre ‘ser lugar’ e ‘ser território’ como modos de manifestação do estar-no-mundo.

Nesse sentido, explica Serpa (2019), o estar-no-mundo remete à possibilidade de uma ontologia espacial que relaciona experiência a processos espaciais específicos, ou seja, aos agentes/sujeitos/grupos/indivíduos/classes implicados nesses processos; e afirma que o fundamental para o desenvolvimento de uma reflexão geográfica consiste em relacionar experiências cotidianas de apropriação/criação/produção de espaço com a elaboração conceitual do lugar e do território.

Assim, uma abordagem existencialista de lugar e

território deve radicalizar, segundo Serpa (*idem*), a dialética das contradições que se colocam para o exercício proposto, buscando contrapor pares de categorias visando à sua superação. Dessa maneira, por exemplo, poderíamos afirmar que território tem a ver com a posse e o domínio, lugar tem a ver com amor, compromissos e senso de responsabilidade.

Assinala o mesmo autor (*idem*), como exemplo, que temos ciúmes do lugar e defendemos através de limites e fronteiras o território. Além disso, defendemos o território contra outros territórios; já o lugar não se defende, ele sobrevive pela abertura, pela interconexão em rede, tecendo uma intersubjetividade que, dialeticamente, supra a posse e a autodefesa pelo abrir-se para o mundo em diferentes escalas espaço-temporais.

Contudo, na atual fase da globalização informacional, a interconexão por uma rede mundial de computadores nos leva a pensar que a internet e o território têm algo em comum: ambos sugerem um contexto estratégico-militar. Entretanto, somente a internet pode ser apropriada de modo tático/prático por grupos alternativos e contra hegemônicos.

Surgem, assim, as questões: o lugar poderia se tornar território? O território poderia se tornar um lugar? Como lugar e território poderiam ser superados? As respostas vêm através das experiências geográficas do estar-no-mundo, ou seja, do próprio mundo. Essas experiências geográficas do estar-no-mundo – presença, como diria Heidegger (ou mesmo Lefebvre), revelam-se através da ocupação, do habitar o mundo, em suma, do apropriar-se do espaço, produzindo espaço.

Nesse caso, conforme Serpa (2019), ao se dirigir “para” em sua busca de “apreender”, a presença não sai de uma esfera interna em que antes estava encapsulada. Em seu modo de ser originário, a presença já está sempre “fora”, junto a um ente que lhe vem ao encontro no mundo já descoberto. E o deter-se determinante junto ao ente a ser conhecido não é uma espécie de abandono da esfera interna”. (HEIDEGGER, 2012, p. 108-9). E é assim, “estando

fora”, junto aos objetos, que a presença está dentro também, “num sentido que deve ser entendido corretamente, ou seja, é ela mesma que como estar-no-mundo conhece [...] Quando, em sua atividade de conhecer, a presença percebe, conserva e mantém, ela como presença, permanece fora” (HEIDEGGER, 2012, p. 108-9).

O que ocorre nos “novos” e “renovados” espaços públicos urbanos ao redor do mundo é que as práticas espaciais se inscrevem em um processo de “territorialização”, ou seja, os usuários se apropriam do espaço público através da marcação de limites e/ou barreiras de cunho simbólico, por vezes invisíveis. Desse modo este se transforma em uma justaposição de espaços territorializados; ele não é compartilhado, mas, sobretudo, dividido entre os diferentes grupos e agentes. Como resultado, a acessibilidade não é mais generalizada, mas limitada e controlada simbolicamente, sendo que o que existe é a falta de interação entre esses territórios percebidos (e utilizados) como forma de neutralizar o outro, em um espaço que deveria ser acessível a todos.

Assim, as diferenças se traduzem em táticas “exclusivistas” de territorialização, abrindo caminho para o estabelecimento de novas nuances de segregação como atos de vontade que impossibilitam o convívio entre diferentes e “negam o outro”, através da indiferença e do autoisolamento (em geral voluntário) de grupos e indivíduos no espaço público. A necessidade de anonimato se traduz, portanto, em diferença “frente ao outro”, que não compartilha dos lados de intimidade/identidade dos indivíduos e grupos territorializados.

Milton Santos, com muita propriedade, afirma que, para esse novo período da nova internacionalização do capitalismo, as variáveis-chaves, tais como a técnica, a ciência, a informação, as finanças e o consumo, destacam-se como os responsáveis por atribuir uma nova complexidade e novos conteúdos aos territórios nacionais, e ainda, que o território e o Estado-Nação são quem assumem o papel fundamental. Nesse sentido, a expressão da globalização ocorreria por meio da difusão do meio técnico-científico-

-informacional. Assim, a chamada globalização total do espaço na verdade seria uma grande ilusão, uma falácia, já que estes se diferenciariam por sua qualidade e funcionalidade, determinando-se, assim, os espaços “luminosos”, ao passo que as demais frações espaciais não incorporadas aos fluxos dominantes constituiriam espaços “opacos”.

Por outro lado, na visão de Santos, não ocorreriam as abordagens que pregavam a construção de um mundo crescentemente “sem fronteiras”, o fim dos “Estados” e a preponderância de “desterritorialização”, como marcas principais do atual período histórico.

Dessa maneira, o autor (*idem*) ressaltou o novo fenômeno das redes como elemento que aprofundaria a dialética do território, na medida em que intensificaria a articulação em escala planetária dos lugares distantes, exigindo uma redefinição do papel regulador do Estado e, conseqüentemente, promoveria uma crescente fragmentação dos territórios nacionais.

Milton Santos (2014) acrescentou para o território o uso de duas categorias como fundamentais para compreensão das dinâmicas territoriais: as ‘verticalidades’, que seriam os domínios das redes, espaço de pontos articulados por fluxos; e as ‘horizontalidades’, como domínio das contiguidades espaciais, das relações fundadas na proximidade, na vizinhança e na interdependência mútua entre lugares e pessoas. Entretanto, o autor considerou necessário atribuir como objeto de análise social o ‘território usado’ pela sociedade, e não simplesmente o território, considerando as diferenças lógicas da dinâmica de uso e apropriação dos lugares, além do fato de que nem todos os agentes detêm a mesma escala.

O terceiro conceito refere-se a “região”, a qual sempre teve papel relevante, especificamente, para muitos geógrafos que a têm considerado como um dos conceitos mais tradicionais na disciplina. Entretanto, a exemplo das outras categorias espaciais, ela submete-se a diversas críticas e indagações sobre sua relevância, como a que fez Yves Lacoste em

1976, sobre o “conceito-obstáculo”.

A crítica levantada por Lacoste (1976) diz respeito a uma interpretação de região por Paul Vidal de La Blache. Nela, corresponderia a harmoniosas relações do homem com o seu meio natural. Na concepção lablacheana a região seria uma entidade espacial concreta e existente independentemente da nossa consciência. O autor a reconhece como aquela base das divisões “naturais” – os intitulados “pays” – as quais seriam dotadas de densidade histórica e cultural, além de ter a sua unidade enraizada na própria percepção popular.

Entretanto isso foi rebatido por diversos autores como Richard Hartshorne (1978), em debates teóricos-conceituais que se basearam em diversas fontes, como Alfred Hettner e Carl Sauer. Para Hartshorne, por exemplo, apesar de apresentar similaridades com La Blache, principalmente em relação à ideia de “ciência dos lugares”, ressaltou a diferenciação entre área e região, sendo que esta corresponderia a um conceito mais abstrato do que aquela. A “área” (*área*) e “região” (*pays*, ou mesmo região), formariam as unidades espaciais maiores.

Nesse sentido, para Hartshorne (*idem*) a região seria fruto de construções mentais justificadas para nossas necessidades analíticas em face da realidade. Outros autores como François Perroux também propuseram, na década de 1950, um tratamento parcial e bastante abstrato do espaço social, sob forma do espaço econômico. Nesse período de pós-guerra, o seu contexto levou para a verificação os conceitos de “fronteiras naturais” e “espaço vital”, com o viés econômico para o entendimento das relações espaciais. Para Perroux (1950), o espaço econômico não conheceria fronteiras, levando essa nova interpretação a uma outra ideologia pelo capitalismo nas décadas seguintes, em que afirmaram que o mundo preconizava uma Europa “sem fronteiras”, mas com a intenção clara de atender aos mercados, pela circulação livre dos fluxos econômicos.

Por meio de seus estudos, Perroux influenciou diversos autores de distintas áreas de conhecimento, prin-

principalmente com a complementação de sua teoria sobre os “polos de crescimento e desenvolvimento”. Em decorrência dessas reflexões é que derivaram as ideias referentes a “região” em três tipos: a “região homogênea”, como uma área com características que a diferenciariam das áreas circunvizinhas ou circulantes; a “região funcional”, significando principalmente uma área polarizada por um determinado centro nos marcos de uma rede urbana; e a “região-programa”, isto é, a área de aplicação de um determinado plano de “desenvolvimento regional”.

A partir dos resultados das influências dos estudos de Perroux – em diversas áreas e sob o contexto da década de 1960 e 1970, a qual priorizava as estatais, o planejamento e a intervenção – o conceito de “região” se distanciou muito do proposto por La Blache, pois, para este, a “região” não tem personalidade, nem preocupações com a história ou com “regiões homogêneas”, ou ainda com o quadro da “primeira natureza”.

Ainda para La Blache, a “região” não era uma pretendida realidade em si mesma, uma realidade objetiva de tipo “totalizante” e dotada de uma identidade própria que caberia ao analista reconhecer” (SOUZA, 2020, p.139). O conceito de “região” se confundia com a ideia de “tipo espacial”. Assim, um mapa poderia ser definido segundo um critério ou um conjunto deles, estabelecido pelo analista para compor regiões homogêneas em áreas distintas. Por esse entendimento, a “região” tratada tipicamente segundo os cânones da Geografia neopositivista passou por uma diluição ou desconstrução.

Ademais, considerando vários aspectos e abordagens, independentemente dos pressupostos neopositivistas, estes podem ainda hoje ser (parcialmente) aproveitados em diferentes circunstâncias, a exemplo do estabelecimento de tipologias espaciais com a finalidade de representar os fenômenos específicos até a determinação das áreas de influência de centros urbanos.

Entretanto, essas modificações e adaptações ainda não pareceram suficientes para designar o conceito

de “região”. A esse respeito, Yves Lacoste (2010) repudia, na concepção lablacheana, categoricamente a ideia de homogeneização forçada de uma suposta harmonia a compor uma unidade decifrável.

De fato, para Lacoste (*idem*), havia um projeto ideológico que se construía atrás dessa concepção. Além disso, o autor argumentou contra o artificialismo que resistiria em pressupor algo como harmonias e perfeitas convergências entre os diversos fatores, do sítio à história da ocupação e às peculiaridades dos “gêneros de vida”.¹ Ainda, Lacoste em seus escritos já afirmava que as localizações e as distribuições espaciais dos diferentes fenômenos seriam divergentes, ao contrário do que apregoa a conceituação lablacheana.

Para este autor (*idem*), a representação mais operacional e científica do espaço não é a de uma divisão simples em “regiões”, em compartimentos justapostos uns aos outros, “mas a de uma superposição de vários quebra-cabeças bem diferencialmente recortados” (LACOSTE, 2010, p. 68).

Outro ponto que Lacoste traz para discussão, por discordar de La Blache, diz respeito à pura descrição das regiões. O autor afirma que tal estudo, embora possa parecer verdadeiro, apresenta, na verdade, diversos descompassos e articulações entre os diferentes “conjuntos espaciais”. Para o geógrafo, existe uma falácia que consiste em agir como se o conteúdo de região se explicasse em si mesmo.

Ao contrário disso, Lacoste (2010) ressalta que os processos atinentes a diferentes escalas contribuem para definir estruturas e dinâmicas na escala regional. Assim, nenhuma região poderia ser explicada isoladamente e, por isso, para ele, traria de um “conceito-obstáculo”.

Por outro lado, Armand Fremont, em seu livro, *La région espace vécu* (1980) se aproxima dos humanistas, dentre eles: Yu-FuTuan, Anne Buttimer, Nicholas Entrikin e Eduardo Relph, na concepção do conceito de “região do espaço vivido”, e, por isso, não caberia ao retorno lablacheano, sendo que a identidade

regional é concebida como algo a ser considerado como derivada de uma vivência.

A “região” se relaciona com sentimentos topofílicos, ou seja, na qualidade de espaço vivido, a qual se associaria a uma “regionafilia”. Assim, pode-se dizer que, enquanto Lacoste promoveu uma desconstrução da região, Fremont buscou reconstruir ou pelo menos renovar essa ideia.

1. O conceito de “gênero de vida” (*genre de vie*), tal como empregado por Paul Vidal de La Blache e seus discípulos, faria uma espécie de mediação entre as “possibilidades oferecidas pelo “meio” e a modelagem do indivíduo e dos grupos sociais (ou a reprodução do indivíduo social no interior de um dado grupo). O “gênero de vida” era uma ideia que se ajustava perfeitamente a uma visão de mundo conforme a qual sempre existiria, apesar de certos condicionamentos exercidos pelo meio, uma margem de manobra para escolhas, no âmbito da própria sociedade, por parte dos indivíduos e grupos. Ao mesmo tempo, essa concepção passava ao largo de uma tematização das contradições sociais, das fraturas e dos conflitos (exploração de classe, opressão de gênero e demais expressões de resistência contra a heteronomia instituída) existentes por áreas de hábitos, tradições e pretensas “harmonias” entre os homens (e mulheres) e seu “meio”. Da mesma maneira como as técnicas e o nível técnico seriam ajustamentos criativos ao “meio”, a própria divisão técnica (e social) do trabalho e a distribuição de atividades seria, entre os geógrafos lablacheanos, uma questão de talento, vocação e empenho, e não de restrições histórico-estruturais (SOUZA, 2020, p.140).

Contudo, na década de 1980, os geógrafos de diferentes países influenciados pela Geografia Crítica prosseguiram submetendo o conceito e o significado de região a um escrutínio crítico, mesmo que, diferentemente de Lacoste, não necessariamente para descartar esse conceito. O que ficou evidenciado foi que os geógrafos e os sociólogos focalizaram tais vínculos com o regionalismo, ora expressando simpatia com as demandas culturais, políticas e econômicas das populações de determinadas regiões

perante o Estado central, ora ainda apresentando o problema do regionalismo como construção ideológica, manipulada por uma elite regional interessada em utilizar o conjunto da população como massa de manobra.

Por outro lado, ainda, podiam se identificar umas poucas correntes e interpretações que se opunham e concorriam entre si, cada uma delas sugerindo um caminho claramente delineado. À medida que as críticas e as interpretações se tornavam mais sofisticadas, um certo simplismo e mesmo um dogmatismo, paralelamente iam enfraquecendo.

Enquanto alguns continuaram apostando em aproximações, experimentações e sínteses cada vez mais complexas (HAESBAERT), outros preferiram recolocar estas questões básicas, com o objetivo de incentivar a reflexão sobre o conceito e suas transformações, sem, contudo, propor uma nova significação. Por sua vez, atualmente, o que se tem constatado é que a sua definição não é mais central, apesar da sua importância na academia e em debates políticos. E por outro lado, determinados questionamentos não podem ser deixados de lado quando se considera a concepção de “região”.

Seguindo esse raciocínio e na concepção de La Blache, outras subdivisões dentro do mesmo território fariam parte de um mosaico harmonioso. E isso pode ser facilmente refutado, como, por exemplo, no que ocorre na Espanha, que apresenta diferentes províncias autônomas, especialmente a Catalunha, a Galícia, a Andaluzia ou mesmo o “País Basco;” o conceito não se comprovaria, uma vez que sobressaem diferenciações e sentimentos nacionalistas pouco harmoniosos.

Contrariamente a essa ideia, constatam-se tensões antigas e atuais na Espanha. Verifica-se, por exemplo, que parte importante da população, em diversas províncias, não concorda e nem se associa a esse Estado-nação, por estas apresentarem diferentes culturas e línguas, ideais e sentimento de nação distintas, e ainda serem governadas por uma centralização que só ativa ainda mais as culturas regionais.

Ademais, esse caso espanhol não é exceção: existe uma quantidade significativa de nações que convivem em Estados europeus que pouco consideram as suas diferenças.

Por sua vez, a América Latina é também caso para discussão, tendo em vista que tem sido referida por diplomatas, empresários e ativistas como sendo uma região. A questão é que o requisito de uma identidade socioespacial determinada pode até ser razoavelmente satisfeito, mesmo que não devamos esquecer que a expressão América Latina foi cunhada na Europa e com o propósito de exploração imperialista. Entretanto, trata-se de um agregado de dezenas de países, e não uma subdivisão intermediária entre o local e o nacional.

O quarto conceito diz respeito ao conceito de lugar, o qual inicialmente, sua apreensão permite reflexões e conexões necessárias à compreensão do processo totalizante, isto é, o espaço do lugar é o que podemos considerar como transcendência do seu conceito, principalmente no mundo contemporâneo.

Ademais, os valores humanistas advertem que o lugar se encontra subjugado pelo mundo, em decorrência da globalização e, que por isso, para sua compreensão, se faz necessário o estudo do mundo vivido como escala mais próxima.

Nesse sentido os valores do mundo vivido, tais como o enraizamento, a identidade, o sentido de lugar, a casa, a experiência e a percepção, se apresentam como resistência à fluidez, à soberania e à territorialidade da escala da atual mundialização.

A dimensão do lugar também pode ser entendida, em sua forma, como potencial criadora, emancipadora e autêntica da sociabilidade orgânica (G. LUKÁCS). Desse modo, o diálogo do lugar requer uma interdisciplinaridade e uma pluralidade de matrizes exigentes do período atual, desde a ciência geográfica, a epistemologia, a fenomenologia e diversos campos de conhecimento, assim como na dimensão ontológica.

O conceito de lugar continua a não refletir a atenção ou a importância merecida, e tem sido preterido por outros conceitos-chave como espaço, território, região e paisagem. Na verdade, continua mesmo é sendo usado de forma equivocada, o que resulta mais danoso. Por isso, frisa-se a reflexão de determinados pontos essenciais sobre o conceito de lugar que requerem ser apresentados e debatidos.

No contexto da atual fase da “globalização”, em que todos os lugares ficam à mercê da influência direta do mundo mais amplo, o conceito de lugar se apresenta como potencial para “aprender a lidar com um avassalador sentido de compressão do nosso mundo espacial e temporal (HARVEY, 2003, p. 219). Ainda, “[...] é tanto mais interessante que poucos geógrafos se interessam pela noção de lugar num contexto de modernidade e de exercício da democracia” (BERDOULAY, 1999, p. 88).

Contudo, conforme Relph (1976), tem sido um fracasso na Geografia o uso do conceito de lugar, muito provavelmente porque os pesquisadores acreditam que ainda carecem de um histórico de discussões bem estabelecidos e elucidados.

O primeiro é o seu frequente uso, sinônimo de local, relacionando-o à noção cartográfica, isto é, no sentido de apontar onde está alguém ou algo, o que tem ocorrido pela falta de rigor conceitual, tornando-se danoso no campo das ciências sociais. A esse respeito Aristóteles, em seu livro *Física IV* (2010), desenvolve a relevante conceituação de espaço e, de forma significativa, o associa com a sua dimensionalidade. O filósofo percebe o papel fundamental da questão do espaço afirmando que é a experiência direta do mundo material que nos conduz ao conhecimento. Segue o seu raciocínio ao dizer que o mundo real é esse que percebemos em movimento, mutável e fugidio. E, para entender as origens, tanto dos corpos inanimados como dos animais, é essencial o conceito de dimensão.

O espaço para Aristóteles é concebido como a soma total de todos os lugares ocupados pelos corpos. Entretanto, na *Física IV*, desenvolve a teoria de “lugar”

–*topos*, isto é, uma teoria das posições do espaço. Ao tentar contemplar a possibilidade do movimento, admite o princípio da impenetrabilidade dos corpos. Para o filósofo, o espaço não existe independente da matéria, “uma vez que ele define como limite adjacente ao corpo contido” (ARISTÓTELES).

Martin Heidegger se dedicou em suas obras ao estudo do espaço. A questão da espacialidade se fez presente na abordagem da fenomenologia e da noção de lugar, mostrando inicialmente a situação altamente problemática do desse conceito, o que para o autor se tornou um desafio. Para Heidegger, espaço e lugar se mostram inseparáveis, embora explique que é a partir da abertura dos lugares que se originam os espaços.

Esse tema é retomado por Heidegger na conferência *A arte e o espaço* (1969), ao proferir crítica à redução do problema do espaço aos limites impostos, tanto pelas ciências quanto pelos que pensam e o concebem como atrelado à consciência subjetiva, opondo-se, assim, a interioridade do sujeito à exterioridade do mundo.

Nesse sentido, Heidegger (*idem*), procura explicar o espaço pela existência da obra de arte, compreendida também como lugar de acontecimento da verdade, conforme aborda em sua obra *A origem da obra de arte*, de 1936. Já nos seminários de *Zollikon* (1959-1969), o mesmo tema foi abordado sob diferentes enfoques, dentre eles o da corporalidade, ou estar-no-espaço de um corpo. Também foram discutidas as concepções topológicas de Aristóteles na temática da relação entre um corpo e seu lugar.

Assim, no pensamento heideggeriano, ocorre a equivalência ontológica entre espaço e lugar nos seguintes termos: “parece, pois, algo grandioso e difícil de apreender, o ‘topos’ – isto é, o lugar-espaço” (HEIDEGGER, 1969). O autor pensou o espaço em sua vinculação ontológica com a noção de lugar, considerado este último em seu sentido mais tangível: os lugares do mundo, e essa distinção merece ser compreendida e estudada nas diversas áreas de conhecimento.

O lugar, apesar de possuir localização no espaço, isto é, conter local, apresenta outros significados importantes, como o de cultura, ressaltados na explicação de Yi- Fu Tuan:

Os lugares são centros aos quais atribuímos valor e onde são satisfeitas as necessidades biológicas de comida, água, descanso e procriação. [...] As pessoas também respondem ao espaço e ao lugar de maneiras complicadas que não se concebem no reino animal. [...] Considerando os dotes humanos, as pessoas atribuem significado e organizam o espaço e o lugar pela cultura. [...] A cultura é desenvolvida unicamente pelos seres humanos. Ela influencia intensamente o comportamento e os valores humanos. A sensação de espaço e lugar dos esquimós é bem diferente da dos americanos (TUAN, 1983, p. 12 -3).

Para Yi-Fu Tuan (1983), geógrafo sino-canadense, o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. Por outro lado, explica que as ideias de “espaço” e de “lugar” não podem ser definidas uma sem a outra, pois é a partir, especificamente, da segurança e da estabilidade do lugar que estamos cientes da amplitude, da liberdade e da ameaça do espaço, e vice-versa.

A questão envolve considerar, conforme Tuan (*idem*), a existência de uma amplitude da experiência ou do conhecimento, significando dizer que pode ser indireta e conceitual, medida por símbolos etc. Assim, comparações podem ser aplicadas e avaliadas em diferentes níveis de conhecimento, como, por exemplo, as distintas possibilidades de se conhecer íntima e profundamente sua casa e/ou seu país, conferindo, assim, diversas experiências.

O segundo a ser esclarecido trata do conceito-núcleo de lugar e suas interfaces e a(s) escala(s). Nesse ponto é comum e tentador relacionar o lugar a uma pequena porção do espaço, o que pode gerar entendimento errôneo. Ao iniciar a construção do conceito por suas dimensões, as complexidades que envolvem considerar as aproximações do real podem

não ser apreciadas. Destaca-se que isso tem sido comum em tempos atuais, da “globalização”, em que são apresentadas tensões corriqueiras entre o “global” e o “local”, este sendo considerado sinônimo de lugar.

O que deve ser levado em consideração é que, ao aprisionar as reflexões em uma escala, condena-se o lugar a uma posição menor diante dos outros conceitos fundamentais, por não permitir o pleno desenvolvimento de reflexões que considerem múltiplas escalas. Ainda, nesse caso, ao considerar a subjetividade e a capacidade de envolvimento do indivíduo em uma determinada porção do espaço, em termos de amplitude, claramente percebe-se a impossibilidade de medir a intensidade escalar desses sentimentos, pois a apreensão e o conhecimento do seu “espaço vivido”, bem como a identidade e o sentido de lugar fazem parte de uma relação mútua, estabelecida, especialmente, pela intencionalidade do indivíduo.

Nesse contexto, conforme Massey (2004), lugar pode se referir à localidade, à região, ao Estado-nação, ou a qualquer entidade. E, dessa maneira, pode-se afirmar que, quando se constrói conhecimento sobre grandes áreas, estas podem deixar de ser um espaço indiferenciado para ser um lugar, confirmando o que Tuan (2013) sobressai ao valorizar o experienciar o espaço (atuar e criar a partir dele). Nesse sentido é que se constroem referenciais que proporcionam a formação do lugar, e o que se deve ficar claro, no entanto, é que não se pode perder de vista o fato de que, ao mudar de escala, não se está simplesmente aumentando ou diminuindo o foco da observação, mas transformando qualitativamente a dimensão de análise do fenômeno.

Quanto ao “núcleo do conceito”, refere-se ao fato de que existem superposições. Entretanto, é fundamental que não nos esqueçamos dos aspectos que em última instância o diferenciam e individualizam. Assim, o lugar é produzido a partir da afetividade, do pertencimento, da adaptação e apropriação das realidades globais que se introduzem no local, que dão sentido à própria distribuição objetiva das coi-

sas e das pessoas em uma porção do espaço geográfico.

Ademais, para Santos (2012), as interfaces entre os conceitos de lugar e região passam a ser menos relevantes do que antes, e, por isso, a região pode ser considerada como um lugar, desde que a regra da unidade e da contiguidade do acontecer histórico se verifique.

Nesse caso é possível entender essa relação ao tratar da extrema mobilidade possibilitada pela técnica em tempos mais atuais, que ampliou a urgência em se observar a influência decisiva e cotidiana do global e do local e, por isso, o “núcleo do conceito” e a sua escala se tornam instrumentos fundamentais para a compreensão dessas novas realidades.

No entanto, o fato de estarmos referenciados em termos locais não nos permite dizer que construímos os caminhos que nos levam ao lugar. O espaço nos é familiar do modo mais distante possível, pois através da “máquina” procuramos evitar ao máximo a vivência do espaço, a qual constitui um elemento fundamental para a produção de referências simbólicas na construção do lugar.

Por outro lado, a partir do momento em que os instrumentos de localização passam a substituir, ou mesmo a acatar a importância e os significados construídos através da experiência pessoal, eles nos afastam do lugar à medida que nos aproximam do local. Por isso, seria precipitado afirmar que a ampliação da mobilidade esteja “eliminando” o lugar.

Nessa questão, a corrente humanista entende que a proliferação de espaços “pasteurizados”, assentados sobre “valores artificiais”, como consumo, e a própria rapidez com que as pessoas se deslocam promoveriam a drástica diminuição de uma relação com o lugar. Nesse sentido, a contemporaneidade tem apresentado um mundo no qual o enraizamento é cada vez menor e que, por conseguinte, ameaça a produção do lugar humanista.

Entretanto, ocorre também, por ironia, que esses es-

paços artificializados possam passar uma sensação de familiaridade, quando, por exemplo, encontramos os mesmos em outras localidades. No entanto, para os humanistas, essa familiaridade é considerada “inautêntica” e, por isso, não serve como base para a construção do lugar, pois foi estimulada por valores e identidades “superficiais”.

O terceiro a se considerar nas discussões sobre o lugar são as perspectivas para a análise do mundo contemporâneo e os entraves dos lugares sem lugaridade. A ideia de lugares sem lugaridade, ainda que sejam poucos os autores que se detém para uma análise mais particularizada, é de expressiva importância para essa tese, mas, primeiramente abre-se um parêntese para salientar que se optou por considerar definitivamente o conceito de “lugar sem lugaridade” em vez de “não lugar” que aparece em algumas obras, como aquela de Marc Augé, *não lugares; introdução a uma antropologia da supermodernidade* (1996).

O motivo para essa preferência simplesmente está na errônea ideia de que exista um “não lugar”. Parece mais um absurdo ou equívoco na tradução. Em contrapartida, o conceito de “lugar sem lugaridade” se apresenta como o mais adequado, conforme os escritos de Edward Relph, com a obra *Place and placelessness* (1976). O entendimento de lugar sem lugaridade é desenvolvido por esse autor da linha humanista da Geografia.

Iniciando por Marc Augé, os locais que apresentam arquitetura estandardizada – nos quais o modismo, o consumismo e o pragmatismo, valores cada vez mais difundidos e aceitos na contemporaneidade, descaracterizam os valores genuínos como afetividade, memórias e vivências – seriam os lugares sem lugaridade.

Essa definição se assemelha também ao que Lefebvre denomina como “espaço abstrato”, que é cada vez mais comum atualmente. Ademais, pode ser considerado como um fenômeno em que ocorre a erradicação casual de lugares significativos e, por outro lado, a produção massificada das paisagens

que ocasiona diferentes sensibilidades em relação à significância do lugar.

Esse pensamento da Augé, ressalta-se, é muito semelhante ao que Edward Relph (1976) já havia descrito, a partir de meados da década de 1970, e que nos alertava para a diminuição cada vez maior da “lugaridade”. Os lugares, para o autor (1976), estavam se transformando, como resultado do enfraquecimento da identidade dos lugares, ao ponto de ficarem sensíveis no oferecimento do mesmo conjunto de possibilidades para a experiência.

De igual maneira, Anne Buttimer, da mesma linha de pesquisa de Relph, afirmava que “and today, as the uniqueness of places becomes more and more threatened by the homogenizing veneer of commercialism and standardized- component architecture” (BUTTIMER, 1980, p.166).

O certo é que são muitas variáveis a serem consideradas e mudanças rápidas acontecendo, de tal modo que somos levados a repensar nossas referências de tempo e de espaço. Para o mesmo autor (*idem*), essa é uma imposição drástica da “supermodernidade”, a qual nos estimula a revermos nossas bases mais primárias, pois ela mexe com o íntimo de nossa reflexão e com o modo como encaramos a individualidade e a vida em sociedade.

Uma forma de definir o desafiante conceito de lugar pode vir da justificativa de Clifford Geertz, (1989), por meio da importância do que está sendo transmitido pelo comportamento humano, sem a pretensão de julgar o que é genuíno, o que é autêntico, o que serve ou que não serve, até porque “não existem de fato homens não modificados pelos costumes de lugares particulares, nunca existiram, nem o poderiam, pela própria natureza do seu ser” (GEERTZ, 1989, p. 26).

Assim, ao entendermos o “lugar sem lugaridade” somente pela falta de uma experiência que tem como seu produto final, considerado como forma genuína em que se aceita o conceito de lugar, parece-nos que não podemos classificar como tal aqueles locais que estão distantes do nosso cotidiano, já que um

bairro, um país, uma cidade ou uma localidade qualquer, muito distante de nós, podem ser apenas mais um ponto no mapa, uma informação abstrata com a qual não temos nenhum vínculo afetivo, psicológico ou físico.

Nesse caso, estamos diante do espaço indiferenciado, de cuja identidade podemos ter uma vaga ideia, já que não mantemos nenhum conhecimento sobre seu “espírito”, seu sentido e sua personalidade. Portanto, este é um caso em que simplesmente não há qualquer tipo de experiência em relação àqueles locais que não fazem parte de nosso cotidiano e com os quais não mantemos envolvimento de qualquer espécie.

Desse modo, existe uma dificuldade em situar esta questão aos meandros da discussão lugar/ lugar sem lugaridade, já que não há uma relação, autêntica ou não, com uma determinada porção do espaço. Essa impossibilidade não está diretamente relacionada ao fato de que o local em questão não faz parte de nosso cotidiano, mas, como já foi dito, não se pode separar o fato de que se trata de uma porção do espaço com a qual não se tem nenhum tipo de vínculo. É fundamental observar a existência da possibilidade de produção do “lugar sem lugaridade” também como experiência, que não está relacionada ao fato de fazer ou não parte do cotidiano, mas ao tipo de relação por meio da qual haja envolvimento com o lugar.

Milton Santos em *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal* (2001), aclara essa questão, inclusive ao desmitificar as ideias do global versus local, pela fábula da “globalização”, e isso proporciona o discordar de Marc Augè, ao repor a noção de tempo e espaço contraídos.

Fala-se, por exemplo, em aldeia global para fazer crer que a difusão instantânea de notícias informa pessoas. A partir desse mito e do encurtamento das distâncias – para aqueles que realmente podem viajar – também se difunde a noção de tempo e espaço contraídos. É como se o mundo se houvesse tornado, para todos, ao

alcance da mão. Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas [...] enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado (SANTOS, 2001, p. 18 -9).

O que surge como mais promissor é que, em vez de se extinguirem, os lugares parecem ganhar grande importância no que diz respeito à compreensão do mundo atual. Nesse sentido, Agnew & Duncan (1989) acreditam que a emergência de uma comunicação de massa não leva necessariamente a uma cultura de massa.

Tal argumentação se baseia na questão da interpretação das mensagens recebidas. Assim a sua recepção é passível de entendimentos e, por sua vez, depende diretamente da natureza da situação sociológica na qual diferentes espaços de referência operam, o que pode levar a diferentes respostas. À medida que a sociedade parece anestesiada com as novidades, os novos aparelhos e os novos locais, criados e montados “com tudo aquilo que você precisa”, a mercantilização da cidade se torna expressão mais palpável da compra e venda da própria vida do indivíduo, através daquilo que os situacionistas chamaram de “sociedade espetáculo”.

Ainda, conforme Santos (2012), “devemos entender essa realidade como um convite a novas reflexões acerca do conceito de lugar” e proporcionar a ampliação da capacidade explicativa, nesse ambiente, em que há a “generalização do mundo da mercadoria, com as transformações que esta expansão implica” (DAMIANI, 2003, p. 367).

As possibilidades devem ser vistas como perspectivas de realização no mundo da atual “globalização”. Por outro viés, conforme Santos (2001), existe ainda muito difundida a ideia de que o processo e a forma atuais da globalização seriam irreversíveis:

[...] para exorcizar esse risco, devemos considerar que o mundo é formado não apenas pelo que já existe (aqui, ali, em toda parte), mas pelo que pode efetivamente existir (aqui, ali, em toda par-

te). O mundo datado de hoje deve ser enxergado como o que na verdade ele nos traz, isto é, somente, o conjunto presente de possibilidades reais, concretas, todas factíveis sob determinadas condições (SANTOS, 2001, p.78).

Segue, na escrita de Santos (2001), que, além da perversidade produzida pela “globalização” atual, surgem, por outro lado, os relatos de otimismo em que há a força dos agentes não hegemônicos, isto é, das pessoas em seus cotidianos, agindo para criar uma outra globalização. É sob o ponto de vista de cá, ou seja, do lugar.

A força das pessoas, conforme Santos (*idem*) prevê, deve ser bem observada pelo grau de envolvimento que estabelece entre o ambiente e, fundamentalmente, a ampliação da discussão sobre o lugar, considerando que os indivíduos são dotados de intencionalidade, isto é, são agentes de percepção do espaço vivido.

Sobre a percepção do espaço vivido, “é um fundo sobre o qual todos os atos se destacam e ela é pressuposta por eles”. Afirma ainda o mesmo autor (*idem*), que “[...] o mundo não é um objeto do qual possuo comigo a lei de constituição; mas sim, o meio natural e o campo de todos os pensamentos e de todas as minhas percepções explícitas” (MERLEAU-PONTY, 2013, p. 6).

Para esse autor (*idem*), a percepção está relacionada ao corpo em movimento superando a causalidade positivista e a ideia de uma síntese conceitual dogmática. Ademais, não se trata de um processo simplesmente contemplativo, mas de interação entre o sujeito e o objeto percebido. No caso em que envolve o indivíduo e o espaço em que vive, impõe-se uma relação indissociável de influência recíproca, já que não pode haver uma consciência separada da realidade.

Por sua vez, ao falar em “lugar sem lugaridade”, este limita as possibilidades de um indivíduo ou grupo social manter relações de afetividade e criar uma história em um espaço standardizado, concebido a

princípio para ser um local de passagem, que sirva à rapidez e à objetividade (econômica) de nosso tempo. No entanto, tal conceituação, por sua vez, não dá conta das mais variadas relações que os indivíduos podem estabelecer, por exemplo, com um *shopping* ou um aeroporto.

Lugar sem lugaridade chama a atenção para o aspecto cada vez mais importante da crescente produção de espaços homogeneizados (RELPH, 1979). Apesar disso, o seu conceito aprisiona a reflexão ao estabelecer uma prévia impossibilidade de o indivíduo construir uma história de lembranças e de efetividade que, portanto, transforme este local em lugar.

As classificações gerais acerca do lugar merecem atualizações. Não cabem mais aquelas conceituações que parecem estar cada vez mais distantes de sua validade, considerando as necessidades em acompanhar as mudanças da sociedade e a sua estruturação social.

A validade dessas classificações, *a priori*, merece reflexão e discussões que mostrem as realidades dos lugares, que são cada vez mais complexas, e nesse sentido estão os espaços que são considerados lugar e “lugar sem lugaridade”.

As realidades dos lugares são percebidas e vividas de diferentes formas, por diferentes indivíduos, e assim é que ocorre a tendência à formação dos lugares. Existem ainda possibilidades de diferentes interpretações, das inúmeras novas situações do mundo globalizado, com diferentes formatos e intensidades nas diversas localidades.

A tarefa em reimaginar e ampliar o entendimento e aplicabilidade do conceito de lugar e de “lugar sem lugaridade” torna-se de grande importância para os estudos do habitar a cidade, e isso pode representar avanços para a superação da situação paradoxal que envolve os conceitos-chave do lugar e “lugar sem lugaridade”.

Um caminho efetivo, conforme Nicholas Entrikin, deve “tirar partido da ideia do sujeito, tal como ela

pode se conceber em uma sociedade na qual os mecanismos de integração e o respeito pelos papéis não são mais determinantes na vida das pessoas” (ENTRIKIN, 1998/2019).

Ademais, Doreen Massey apresenta que, a despeito do lugar, há um sentido global do lugar, e por isso não se pode aprisionar o conceito em uma escala local, considerando muitas vezes a pretensa singularidade provincial e sentimental para a conformação dos lugares.

Desse modo, as perspectivas teóricas lançadas por autores como Nicholas Entrikin e Doreen Massey que apresentam potencial explicativo para a inserção do conceito de lugar servem de grande utilidade para ampliação ao debate e reflexão do conceito-chave de lugar. E ainda existe a necessidade de incremento da estrutura de circulação, representado pela globalização, que pode conduzir a repensar o lugar, considerando, conforme Santos (2002), que a maior globalidade corresponde uma maior individualidade.

Nesse sentido, o lugar apresenta considerações importantes e suficientes para que seja tratado conforme a sua relatividade implícita, isto é, em termos de existência e experiência. Por isso, necessária é a sua distinção frente a tantas outras significações que comumente são utilizadas em seu conceito.

O lugar, em toda sua complexidade, merece que sua reprodução envolva os sentidos e sentimentos, naquilo que os humanistas apresentam como perspectivas, e não levar isso em consideração ao se referir ao lugar não retrataria seu sentido mais substancial. Algumas indagações são próprias do lugar e nem sempre são retratadas, tais como: o que o lugar representa ou representou? Quais os sentidos que o lugar representa a sua individualidade? Essas são algumas questões relativas ao conceito de lugar que parecem confundir ao retratar um mero “lugar”.

Além disso, importante assinalar que o seu conceito está relacionado à construção social associada ao ser-e-estar-no-mundo e que compõe a essência dos

espaços. Assim, é necessária à sua distinção frente a tantas ocultações que o lugar sugere e, de uma certa maneira, se mostra mais, mesmo o que fica marcado e nitidamente vai além da simples localização que mais comumente é retratada.

Portanto, essa distinção, entre “lugar” e “lugaridade” se torna inevitável e, por isso, passar a utilizar o termo “lugaridade” ao se referir às espacialidades, principalmente para as modernidades às quais estamos sujeitos, parece ser o melhor caminho que livraria das ocultações e pretensões pouco producentes que tiram o sentido e a dinamicidade própria do seu conteúdo.

Ressalta-se nesse sentido a “lugaridade” como espaços distintos das espacialidades, que estão repletos de sentido e experiência, e cuja diferenciação do conceito de “lugar”, ora já consagrado, passa a contribuir para a elevação de nível das discussões e o desenvolvimento nas pesquisas.

O que nitidamente fica exposto nesse estudo das espacialidades é aquilo que Armando Correia da Silva (1978), chama a atenção em buscar novas linhas de interpretação da realidade e alcançar o movimento real da sociedade e do espaço. Para isso, entende a necessidade de que a partir do método empírico haja uma reflexão filosófica, ontológica, além da integração de saberes para se chegar ao espaço como totalidade. E ainda, que devido ao negligenciamento da estruturação social do espaço vivido, tem resultado daí uma espécie de naturalização do espaço, mas que fica devendo na questão da territorialidade necessária para a vida em sociedade.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES - *Física, livro IV*. Anexo 3.13. trad. William de Siqueira Piauí. Producaom.wikidot.com, 2010.
- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. Kleyb (1750), trad. Miriam Stter Medeiros. Petrópolis (RJ): Vozes, 1993.
- BOURDIEU, PIERRE. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro:

- ro: Bertrand Brasil, 1998.
- BUTTNER, Anne. *Values in geography*. Resource paper no 24, Associat. American Geographers, 1974.
- CORREIA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave na Geografia. In: CASTRO, Iná de et al. (orgs.): *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- COSGROVE, Denis. Geography is everywhere: culture and symbolism in human geography. In: D. Gregory e r. Walford (orgs.), *Horizons in human geography*. Londres, MacMillan, 1989.
- DARDEL, Eric. *O homem e a terra: natureza da realidade geográfica* (tradução Werther Holzer). São Paulo: Perspectiva, 2015.
- DUNCAN, James. *In city as text: the politics of landscape interpretation - the Kandyan Kingdom*, Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- ENTRIKIN, J. Nicholas. *The betweenness of place. Towards a geography of modernity*. Baltimore: The Johns Hopkins University press, 1991.
- FREMONT, Armand. *A região, espaço vivido*. Coimbra: Almedina, 1980.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- HARTSHORNE, Richard. *Propósitos e natureza da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- HEIDEGGER, Martin. Conferencias y artículos. (Vortrage und Ausätze). Barcelona: ediciones del Serbal, 1994.
- _____. *Da experiência do pensar*. Trad. Maria do Carmo Tavares Miranda. Porto Alegre: Editora Globo S.A., 1969.
- LA BLACHE, Paul Vidal. *Las divisiones fundamentales del territorio francés*. In: MENDOZA, Josefina Gómez et al. (orgs.): *El pensamiento geográfico*. Estudio interpretativo y antología de textos (De Humboldt a las tendencias radicales).
- LACOSTE, Yves. *A geografia -isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra*. Campinas (SP): Papiros, 2010.
- LUCKÁCS, Gyorg. Materiales sobre el realismo. In: *Estética: la peculiaridad de lo estético: categorías básicas de lo estético*. Traducción de Manuel Sacristán. Barcelona/Buenos Aires/México: Gijalbo, 1977, Vol. III.
- MADOZ, Kenia. *A carência do habitar/morar no programa minha casa, minha vida*. Brasília, UnB: PPG-FAU, tese, 2022.
- _____. *Crítica do Pensar contemporâneo*. Brasília: RES – Revista de Estética e Semiótica, revista eletrônica do Núcleo de Estética e Semiótica - NES, PPG, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU, Universidade de Brasília - UNB. Instituto Central de Ciências -ICC Norte, 2022.
- MARANDOLA Jr. *Qual o espaço do lugar?* São Paulo: Perspectiva, 2014.
- MASSEY, Doreen. *Space, place and gender*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.
- MORAES, Antônio R. de. *Território na Geografia de Milton Santos*. São Paulo: Annablume, 2013.
- PONTY-MERLEAU, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 2018.
- RELPH, Edward. *Place and placelessness*. Londres: Pion, 1976.
- SANTOS, Milton. *A natureza do Espaço (técnica e tempo. Razão e emoção)*. São Paulo: Hucitec, 3 ed. 1999.
- _____. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. São Paulo. Hucitec, 2014.
- _____. Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. *Revista Prosa verso e arte*, abril, 2021. <https://www.revistaversoearte.com>
- SAUER, Carl. *The morphology of landscape. Land and life*. The university of California press., 1963.
- SCHAMA, Simon. *Landscape and memory*. Nova York: Vintage Books, 1996.
- SEAMON, D.; MUGERAUER, D. *Dwelling place and environment: towards a phenomenology of person and worlds*. Yale University Press, 1989.
- SERPA, ngelo. *Por uma geografia dos espaços vividos. Geografia e Fenomenologia*. São Paulo: Contexto, 2019.
- SILVA, Armando C. da. *O espaço fora do lugar*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.
- TUAN, Yuan Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983. 250 p.
- _____. *Paisagens do medo*. Trad. Lívia de Oliveira. São Paulo: UNESP, 2005.
- _____. *Topofilia*. Um estudo da percepção,

a atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo:
DIFEL,1980.